

HABEAS CORPUS Nº 489.959 - SC (2019/0017075-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RODRIGO MARTINS CAVALCANTE AMORIM
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : ADAILTON JOSE DOS PASSOS (PRESO)

DECISÃO

ADAILTON JOSÉ DOS PASSOS alega sofrer coação ilegal no seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina** na Revisão Criminal n. 4003719-49.2018.8.24.0000.

O paciente foi condenado às penas de 5 anos, 8 meses e 22 dias de reclusão em regime inicial semiaberto e de 20 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal (fls. 42-59).

Irresignada, a defesa apelou e a Corte de origem negou provimento ao recurso (fls. 283-299).

O ora paciente, então, ajuizou revisão criminal, e o Tribunal *a quo* deferiu parcialmente o pedido para reduzir as penas a 5 anos e 6 meses de reclusão e 20 dias-multa (fls. 328-349).

Neste writ, sustenta a impetrante que a pena-base deve ser fixada no mínimo legal, pois foram utilizados motivos inidôneos para a valoração negativa das circunstâncias judiciais da conduta social e da personalidade.

Afirma que a quantidade de causas de aumento não pode ser utilizada como fundamento para aumentar a pena na terceira fase da dosagem penal acima do mínimo legal de 1/3, e que deve a pena, portanto, ser reduzida também neste ponto.

Requer: "o afastamento da exasperação da pena-base reconhecido na decisão impugnada e a redução da fração majorante para o patamar mínimo de 1/3 na terceira fase da dosimetria penal do crime de roubo, em respeito à jurisprudência do STJ já sedimentada à época da sentença" (fl. 23).

A liminar foi indeferida (fls. 356-357).

O Ministério Público Federal opinou pelo indeferimento do recurso às fls. 468 e 476.

Decido.

O paciente foi condenado em **13/10/2006**, e transitada em julgado a condenação, a defesa formulou pedido de revisão criminal em favor do acusado, ao qual foi dado parcial provimento com a redução da pena do paciente para 5 anos e 6 meses de reclusão e 20 dias-multa.

Na ocasião, o juiz sentenciante entendeu devida a exasperação da reprimenda, na terceira fase da dosimetria, na fração de **3/8**, considerando a presença das duas causas especiais de aumento de pena estabelecidas nos incisos I e II do § 2º do art. 157 do CP (fl. 57, grifei):

Na terceira e derradeira fase, ausentes as causas de especial diminuição de pena. **Todavia, incidem as majorantes do emprego de arma e do concurso de agentes** (art. 157, § 2º, I e II, do CP) pelo que aumento as penas até aqui encontradas em 3/8 (três oitavos); tornando-as definitivas em 05 (cinco) anos, 08 (oito) meses e 22 (vinte e dois) dias de reclusão e 20 (vinte) dias-multa.

Tal fundamentação foi mantida em apelação, bem como em revisão criminal.

Vejamos (fl. 344, destaquei):

Registra-se que os indigitados enunciados sumulares 443 e 444 do Superior Tribunal de Justiça foram publicados posteriormente, em 29-4-2010 e 13-5-2010 **e, conquanto sejam os entendimentos ulteriores mais benéficos, não podem retroagir para alcançar o édito condenatório,**

pois não constituem lei penal. Afora isso, como dito anteriormente, em sede de revisão criminal, a rescisão do julgado somente é admitida em casos excepcionais, de modo que a pretensão almejada não encontra amparo nas hipóteses legais de cabimento do art. 621 do Código de Processo Penal.

Neste habeas corpus, o condenado requer a aplicação retroativa da Súmulas n. 443 e 444 do STJ, a fim de reduzir a fração de aumento para o patamar de 1/3 na terceira fase de dosimetria da pena.

Entretanto: "não é possível a aplicação retroativa dos enunciados sumulares supracitados, pois a mudança de entendimento jurisprudencial não autoriza o ajuizamento de Revisão Criminal" (**AgRg no HC n. 395.162/SC**, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 21/9/2017).

Em idêntica direção:

[...]

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que **a mudança de entendimento jurisprudencial posterior ao trânsito em julgado da condenação não autoriza o ajuizamento de revisão criminal visando a sua aplicação retroativa**, o que afasta as alegações de constrangimento ilegal e teratologia trazidos pelo agravante. Precedentes.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(**AgRg no HC n. 445.141/RJ**, Rel. Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**, 6ª T., DJe 1º/10/2018, destaquei)

[...]

2. O Superior Tribunal de Justiça entende que **a mudança jurisprudencial posterior ao trânsito em julgado da condenação não autoriza o ajuizamento de revisão criminal visando à sua aplicação retroativa**. Precedentes.

3. Considerando que a sentença condenatória transitou em julgado em 29/9/10, não há que se falar em aplicação retroativa, pois a publicação da Súmula 443/STJ se deu em 13/5/10.

[...]

(**HC n. 459.896/SC**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 14/9/2018, grifei)

À vista do exposto, **não conheço** do habeas corpus.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se e intímese.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator